



**CONCURSO PÚBLICO
ADVOGADO**

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01 Este caderno contém 30 questões das provas objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Língua Portuguesa
05 questões

Conhecimento Específico
25 questões

02 Certifique se este caderno de provas é para o cargo para o qual você se inscreveu. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o aplicador de prova.

03 Após iniciar a prova, você receberá do aplicador de prova a **Folha de Respostas**. Verifique se os dados que aparecem na **Folha de Respostas** estão corretos. Caso contrário notifique **IMEDIATAMENTE** o aplicador de prova.

04 Após a conferência, você deverá assinar no espaço próprio da **Folha de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

05 Tenha cuidado com a **Folha de Respostas** para não **dobrar, amassar** ou **manchar**. A **Folha de Respostas somente** poderá ser substituída caso esteja com problemas de impressão.

06 Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar na folha de respostas, **UMA RESPOSTA**, a marcação em mais de uma alternativa anula a questão.

07 Marque as respostas, na folha de respostas de acordo com a quantidade de questões da prova e de alternativas: questões de 01 a 30 e alternativas de "A" a "E".

08 Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, sem deixar claros, conforme exemplo:



09 **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que comunicar-se com os demais candidatos. Fazer uso de calculadoras, celulares, mp3, relógio do tipo "calculadora", *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador e/ou similares. Fazer uso de fontes de consulta de qualquer espécie.

10 Qualquer questionamento deverá ser feito em voz alta. Os aplicadores de prova não poderão tirar qualquer dúvida sobre as questões da prova.

11 O candidato que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar ao aplicador de prova.

12 O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início da prova. Não é permitido levar a prova ou partes da mesma.

13 A prova terá duração de 3 (três) horas, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas. Se desejar, destaque e leve o rascunho com a anotação das respostas.

✂..... Corte na linha pontilhada

RASCUNHO – ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS

Questões	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
Respostas															
Questões	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Respostas															

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo com atenção para responder às questões, que possuem apenas uma alternativa correta.

Fim do mundo

[...]

Há, em primeiro lugar, uma atitude cada vez mais ampla e cada vez mais agressiva estabelecendo que as pessoas têm, **obrigatoriamente**, de acreditar que o clima está mudando para pior e que a catástrofe é uma perspectiva não apenas indiscutível como iminente; dúvidas não são permitidas. Sair da reunião de Copenhague [a ser realizada em dezembro, contando com 170 países] sem uma solução definitiva para o aquecimento global e as emissões mundiais de carbono “não é uma opção”, pregam os organizadores da reunião e um chefe de estado depois do outro; é indispensável achar uma saída. e já, **embora** não se saiba qual. A ideia geral, **em suma**, é que o cidadão, ao sair de casa um dia desses, pode sofrer um ataque do efeito estufa e cair morto no meio da rua. A essa insistência em criar uma unanimidade de pensamento se acrescenta uma extensa mistura de mistificação, desinformação, pseudociência, demagogia, charlatanismo, fatos sem confirmação e números cuja veracidade não pode ser certificada. De maneira sistemática, **fotos de terra rachada pela seca, que o Nordeste do Brasil conhece desde o tempo de Dom Pedro II, são apresentadas como prova do aquecimento do planeta.** O culpado final por tudo é o “consumo”.

Políticos, governos e organizações internacionais, em vez de colocarem mais racionalidade no debate, contribuem ativamente para esse impulso crescente de **autoflagelação**. [...] Globalmente, verbas cada vez mais prodigiosas são anunciadas para salvar o planeta [...] A maior parte desse dinheiro, segundo os discursos, deverá ser empregada para ajudar os países pobres a participar do **combate ambiental** e para que Brasil, Índia e China sejam compensados das despesas que terão para deixar de ameaçar o mundo com o seu desenvolvimento.

A conferência de Copenhague tende a refletir, basicamente, um conjunto de neuroses, fantasias e necessidades políticas que se ligam muito mais aos países ricos do que à realidade brasileira: a agenda central é deles, com seus números, seus cientistas e até sua linguagem. **O Brasil**, em vez de reagir ao debate dos outros, **faria melhor pensando primeiro em seus interesses**. Para isso, precisaria saber o que quer. Parece bem claro que o país, **antes de ter um problema ecológico, tem um problema sanitário**; nossa verdadeira tragédia mundial é o fato de que 50% da população **não dispõe de rede de esgotos**, ou de que dois terços dos esgotos são lançados nos rios sem tratamento nenhum. Na Amazônia, onde há o maior volume de água doce do mundo, **a maioria da população não tem água decente para beber**. Nas

áreas pobres das cidades **o lixo não é coletado – acaba em rios, represas ou na rua.**

A questão ecológica real, no Brasil, chama-se pobreza.

(J. R. GUZZO. Fim do Mundo. **Revista Veja**. Editora Abril, ed. 2138, ano 42, nº 45.11 de novembro de 2009, p. 218)

Questão 01

O artigo aborda o **tema** sobre

- (A) O extermínio da população brasileira.
- (B) A tragédia do apagão para os pobres.
- (C) A atitude que o Brasil deveria tomar antes de participar da Conferência.
- (D) A Conferência que irá discutir os problemas exclusivamente brasileiros.
- (E) A mundo que está prestes a acabar.

Questão 02

O **argumento** mais forte que defende o tema abordado refere-se a que

- (A) O Brasil tem um problema sanitário, de água e esgoto, não ecológico.
- (B) O problema do Brasil são as tragédias da natureza.
- (C) Os brasileiros conseguem resolver os próprios problemas participando de Conferências.
- (D) Os políticos e as organizações internacionais vão solucionar os problemas recentes dos brasileiros.
- (E) Não há problemas muito sérios no Brasil.

Questão 03

A citação “...fotos de terra rachada pela seca, que o Nordeste do Brasil conhece desde o tempo de Dom Pedro II, são apresentadas como prova do aquecimento do planeta.”, no texto, revela que

- (A) O Brasil vai resolver seu problema atual da seca.
- (B) Nem tudo o que é mencionado tem plena veracidade.
- (C) A verdade dos fatos se encontra nas fotos apresentadas.
- (D) Até Dom Pedro fazia conferências sobre o aquecimento global.
- (E) As fotos foram tiradas por especialistas internacionais, os paparazzi.

Questão 04

Os advérbios são empregados para auxiliarem na compreensão do texto. Em "...as pessoas têm, **obrigatoriamente**, de acreditar que o clima está mudando para pior...", termo grifado foi utilizado, no texto, para expressar

- (A) que é discutível a crença da mudança de clima.
- (B) uma atitude que as pessoas devem ter sem discussão.
- (C) um comportamento de apenas uma parte do povo brasileiro.
- (D) a mudança do clima causará descrédito das pessoas.
- (E) que se trata de obrigações que serão debatidas em várias conferências.

Questão 05

As conexões também são utilizadas para complementarem o sentido do texto. Nesse caso, em "...é indispensável achar uma saída. e já, **embora** não se saiba qual.", o conector **embora**, conjunção concessiva, auxilia o leitor a entender, no texto, que

- (A) todos têm uma saída para o problema.
- (B) a saída foi encontrada, mas não se discute sobre ela.
- (C) não há saída que consiga resolver o problema.
- (D) não há condições de se resolver nada.
- (E) há possibilidade de se encontrar uma saída para o problema, mesmo que não se tenha ainda conhecimento de qual ser

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Questão 06

Em relação às normas constitucionais, seria correto o seguinte entendimento:

- (A) Uma vez existente uma norma constitucional programática não regulamentada por lei complementar, permite que seja utilizado o mandado de injunção, em que Judiciário assegura de imediato, por decisão judicial, o direito ainda não regulamentado.
- (B) As normas Constitucionais perceptivas admitem execução imediata por ordem judicial, por meio de mandado de segurança, *habeas corpus* ou *habeas data*.
- (C) Caso exista um confronto de normas constitucionais a um caso concreto, a mais recente revoga a anterior .

- (D) Os direitos e garantias fundamentais só se encontram estabelecidos no art. 5º da Constituição Federal de 1988.
- (E) Podem ser modificadas por ato do legislativo ou do executivo, por meio de medida provisória.

Questão 07

O controle de constitucionalidade é forma de garantia da manutenção da ordem constitucional. Nessa situação, não seria correto entender o controle de constitucionalidade como:

- (A) O controle de constitucionalidade pode ser feito por meio de ação direta de Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, cujo efeito seria coletivo.
- (B) A assembleia legislativa pode exercer o direito de controle de constitucionalidade em razão de ato do Senado que ofenda a Constituição Federal, suspendendo a sua eficácia até decisão final por maioria absoluta.
- (C) A inconstitucionalidade pode ser decretada por juiz de primeira instância, mas a decisão somente tem eficácia entre as partes do processo.
- (D) O Presidente da República pode exercer o controle de constitucionalidade em razão de atos estaduais que justifiquem a intervenção federal.
- (E) Decidindo o Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade de uma lei ou ato, o Senado é intimado a suspender a execução do que fora entendido por inconstitucional, não cabendo discussão sobre sua legitimidade ou validade.

Questão 08

Com a intenção de se efetuarem normas sobre direito social, o Município deve observar limites e regras constitucionais, sendo que, em razão disso, seria inválida a norma que

- (A) criasse escolas técnicas para aprendizado a menores de 14 anos.
- (B) impusesse a instalação de calçamento para pessoas portadoras de deficiência visual, mesmo em vias já existentes.
- (C) estabelecesse programas de tratamento especial à saúde dos idosos, sendo estes executados fora de seus lares.
- (D) estabelecesse a exclusividade da competência municipal para criação de escolas especiais para crianças delinqüentes.
- (E) estabelecesse programa de fertilização para pessoas carentes ou portadoras de problemas de fertilidade.

Questão 09

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, é incorreta a afirmativa:

- (A) São normas perceptivas, ou seja, de execução imediata.
- (B) Incluem-se como garantias fundamentais outros títulos como direitos sociais, políticos, tributários, ordem social etc.
- (C) Estabelece o princípio da isonomia, mas este não impõe a exata igualdade a todas as pessoas em todas as situações.
- (D) Estabelece uma unidade da federação garantias não previstas na Constituição Federal, estas têm validade, a despeito da falta de previsão federal.
- (E) No caso tratado internacional que garanta direitos fundamentais e contrários a outras disposições constitucionais, tem preferência natural sobre estas.

Questão 10

O Estado tem o direito e o dever de intervir na atividade econômica, não seria válida a afirmação:

- (A) Estabelecer normas com privilégios a empresas públicas ou de economia mista, não extensiva a empresas privadas.
- (B) Cabe a intervenção do Estado na atividade econômica privada em razão da livre concorrência, defesa do consumidor, busca do pleno emprego, entre outros.

- (C) A abertura de concorrência para refino de petróleo estrangeiro.
- (D) O incentivo ao cooperativismo como forma de regular e incentivar a atividade econômica.
- (E) Pode regulamentar a participação estrangeira no mercado interno.

Questão 11

Em relação aos tributos estabelecidos pela Constituição, seria correto entender que:

- (A) podem ser divididos em impostos, taxas e contribuição de melhorias, sempre com caráter pessoal e absoluta isonomia.
- (B) impostos e taxas se diferem, exclusivamente em razão do fato gerador e da legitimidade para sua instituição.
- (C) como pressuposto único de validade da contribuição de melhoria, encontra-se a realização da obra que justificou sua criação.
- (D) a taxa tem vinculação de destinação, fato que não ocorre com o imposto.
- (E) poderá o mesmo fato gerador implicar cobrança de taxa e contribuição de melhoria, desde que diferente a unidade que institua cada uma delas (União, Estados ou Municípios).

Questão 12

Não é forma válida de extinção do crédito tributário.

- (A) A existência de lei posterior que vem a revogar a lei que criou o tributo, extinguindo o fato gerador.
- (B) Renúncia.
- (C) Compensação.
- (D) Decisão Judicial transitada em julgado.
- (E) Prescrição.

Questão 13

Não pertence ao Município o direito

- (A) sobre o imposto sobre propriedade predial e territorial urbano.
- (B) de 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.
- (C) de 20% sobre operações de crédito efetuados em seu território.
- (D) de 25% sobre produto da arrecadação de imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- (E) e 50% sobre o produto da arrecadação de imposto do Estado sobre propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

Questão 14

Quanto ao direito de imunidade, isenção ou anistia tributária, é correto afirmar que

- (A) não cabe a cobrança de contribuição de melhoria de uma igreja, eis que esta goza de imunidade tributária prevista pela Constituição Federal.
- (B) imunidade e isenção são expressões sinônimas, eis que ambas têm a mesma aplicação, validade e efeito em matéria tributária.
- (C) a anistia tributária poderá ser concedida em relação a acréscimos, multas, juros e parte ou integralidade do tributo, eis que esta é sua finalidade e natureza jurídica.
- (D) a isenção só pode ser concedida de forma igualitária a todos os territórios, sob pena de violação do princípio da isonomia.
- (E) a anistia tributária concedida só pode atingir atos anteriores à lei que as concede, não cabendo jamais a atos posteriores à lei.

Questão 15

Sobre o Tribunal de Contas, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um órgão, vinculado ao Poder Judiciário, cuja finalidade é fiscalizar externamente os gastos do Poder Executivo.
- (B) Tem autoridade para fiscalizar repasse de verbas financeiras e sua aplicação.
- (C) Não pode haver Tribunal de Contas nos municípios, eis que este é vedado pela Constituição Federal.

- (D) Apurado pelo Tribunal de Contas existência de débitos ou multa, esta decisão dependerá de homologação pelo Poder Judiciário para que possa ser exigido.
- (E) Não pode realizar, por iniciativa própria, inspeções em contas de unidades dos Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário.

Questão 16

No que se refere aos princípios que regem a Administração Pública, encontra-se incorreta qual definição?

- (A) O princípio da impessoalidade determina que o ato administrativo é sempre da administração e não da autoridade que realiza.
- (B) O princípio da legalidade impõe a estrita observância das leis e regras estabelecidas, sob pena de invalidade do ato praticado.
- (C) O princípio da moralidade estabelece que o ato administrativo, embora legal, deve estar caracterizado pela moralidade podendo ser invalidado o ato que infrinja esse preceito.
- (D) O princípio da publicidade estabelece a obrigatoriedade da publicidade dos atos, contratos e outros instrumentos realizados pela Administração Pública, a fim de dar conhecimento e de serem fiscalizados.
- (E) O princípio da indisponibilidade reza que os interesses públicos não estão adstritos à vontade do administrador, mas do interesse público, sendo que, em razão disso, aquele não pode dispor dos mesmos, eis que é mero gestor.

Questão 17

No que tange ao processo administrativo disciplinar, é incorreto:

- (A) Trata-se de medida obrigatória para que seja possível aplicar punição ao funcionário.
- (B) Deve obrigatoriamente observar o direito de ampla defesa do acusado.
- (C) Os membros são indicados pela administração, em caráter obrigatório, salvo o caso de impedimento ou suspeição.
- (D) Segue o pressuposto do princípio da inocência e devido processo legal.
- (E) Permite à comissão processante apurar, além da causa da denúncia, outras causas que venham a ser apuradas durante a instrução.

Questão 18

Os atos que podem ser praticados pelo administrador Público são classificados com atos vinculados ou discricionários. Dessa forma, em relação a ambos, seria incorreto afirmar:

- (A) Na concessão de licença para construção de uma edificação sobre imóvel urbano, preenchidos os requisitos legais, não pode o administrador negar a autorização, eis que se trata de exemplo típico de ato vinculado.
- (B) Nos atos vinculados existe sempre a necessidade de uma regulamentação normativa a ser aplicada.
- (C) O ato discricionário recai sobre idéia de oportunidade e conveniência, mas não pode jamais infringir os pressupostos da legalidade e moralidade.
- (D) Somente pode ocorrer abuso de poder em relação ao ato vinculado, eis que essa espécie de vício não se coaduna com o poder discricionário.
- (E) Face ao interesse público, pode um ato que seria originariamente discricionário ser transformado, por lei, em ato vinculado.

Questão 19

Após uma licitação, foi celebrado um contrato administrativo entre o Estado e o licitante vencedor (agora, contratante). Em relação a esse contrato, das afirmativas abaixo, qual se encontra incorreta?

- (A) O Estado não tem responsabilidade nem mesmo subsidiária em relação à obra, objeto do contrato, nem mesmo para fins civis, trabalhistas, fiscais ou previdenciários, sendo estes de encargo exclusivo do contratante.
- (B) O contrato terá validade independentemente de reconhecimento de firma ou registro do contrato em cartório.
- (C) O contrato pode ser revisto, inclusive em relação a valores, em razão da incidência da teoria da imprevisão.
- (D) Seu cumprimento está sujeito à fiscalização obrigatória pelo ente público.
- (E) Pode ser desfeito unilateralmente pelo Poder Público, em razão de interesse público.

Questão 20

O Estado possui um patrimônio, que é denominado bens públicos, sobre os quais é incorreto:

- (A) Os bens públicos não são sujeitos à perda por usucapião.
- (B) Bens de uso comum podem ser usados por todos, independentemente de autorização, desde que seja utilizado para uso normal da coisa.
- (C) A cobrança de entrada não descaracteriza a natureza de bem comum da coisa.
- (D) Os bens de uso especial podem sofrer limitação de acesso para a população.
- (E) Os bens dominicais são bens públicos que não têm vinculação (afetação) específica e que, como os demais bens públicos, não podem jamais ser alienados.

Questão 21

Sobre licitação, é incorreto:

- (A) Para a construção de uma sala de aula, com valores de R\$ 5.000,00, poderá a mesma ser feita independentemente de licitação.
- (B) É obrigatória a forma de licitação por concorrência pública em obras de engenharia com valores superiores a R\$ 1.500.000,00.
- (C) Não pode conter, como requisito, a existência de sede física no município para participação da licitação, mesmo que sob o fundamento de proteção do comércio local.
- (D) A regularidade fiscal é requisito obrigatório para que seja admitido a participar da licitação.
- (E) Irregularidades na escolha da licitação deverão ser impugnadas de imediato na autoridade administrativa, sob pena de não ser possível, posteriormente, serem reconhecidas por ação judicial.

Questão 22

Tendo em vista a modificação do regime de Mandado de Segurança, cabível contra atos ilegais de autoridade coatora, em razão da nova regulamentação, é incorreto:

- (A) Tem obrigatoriedade da participação do representante do Ministério Público, sendo que, sem seu parecer ou manifestação (favorável ou desfavorável), não poderá o processo ser julgado.
- (B) Das decisões que decidam pela concessão de liminar, o recurso cabível é o agravo.
- (C) Quando da impetração do mandado de segurança, serão obrigatórias duas vias, sendo que a segunda deve conter, necessariamente, reprodução de todos os documentos que instruem a via original.
- (D) Não pode ser aplicável nos casos em que caiba recurso, administrativo ou judicial, que comportem efeito suspensivo.
- (E) Não admite recurso de Embargos Infringentes, para o caso de decisão não unânime do Tribunal a que foi submetido.

Questão 23

Não cabe ação civil pública, em relação a danos ocorridos

- (A) Em bens artísticos e paisagísticos.
- (B) ao meio ambiente a ser implementado por meio de seus sindicatos.
- (C) ao direito de imprensa.
- (D) ao consumidor.
- (E) à economia popular.

Questão 24

Nos limites orçamentários de gastos com pessoal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, seria incorreto a previsão de que

- (A) em qualquer nível, estabelecesse percentual maior do que 6% do orçamento para gastos com pessoal para o Poder Judiciário.
- (B) o limite de gasto com pessoal engloba não só o salário, mas também inativos, pensionistas, encargos sociais, contribuições previdenciárias, entre outras.
- (C) não se contabiliza, para efeitos do limite de gastos com pessoal, as indenizações por demissão de servidores.
- (D) em qualquer nível de poder, o limite de gasto com pessoal poderá ser autorizado até o limite de 60% do orçamento.
- (E) é obrigatório previsão, para União e Estados, de percentual para gastos com pessoal do Ministério Público, não podendo enquadrar esses gastos dentro do percentual específico do Poder Judiciário.

Questão 25

Na esfera de Responsabilidade Civil do Estado, não seria correto o seguinte entendimento.

- (A) O Estado só poderia ser responsabilizado nos termos do art.. 37 § 6º da Constituição, não se aplicando a ele nenhuma outra forma de responsabilização, a não ser a prevista no dispositivo específico acima.
- (B) Qualquer que seja o resultado condenatório da ação contra o Estado, sempre será necessário o reexame necessário para que tenha validade e eficácia a decisão.
- (C) Ao Estado somente cabe a responsabilidade civil objetiva, não sendo necessário prova de culpa em nenhuma ação proposta em face daquele.
- (D) Não cabe a propositura de ação de responsabilidade civil do Município em sede do Juizado Especial Cível.
- (E) O Estado não pode ser diretamente responsabilizado por atos de concessionários de serviços públicos, mas responde de forma subsidiária.

Questão 26

Sobre a comunicação dos atos processuais, seria incorreto entender:

- (A) Havendo vários procuradores da mesma parte, a intimação de um deles é válida e permite que o prazo seja contado para a parte.
- (B) Nos processos de execução fiscal, a citação do executado é realizado, por regra, por via epistolar.
- (C) Cabe citação por edital quando o réu se esconde para não ser citado.
- (D) Na carta precatória ou de ordem, a assinatura do juiz é obrigatória para sua validade.
- (E) Em ações em que o Estado é parte requerida, não cabe sua citação por via epistolar.

Questão 27

A propriedade pode ser perdida por desapropriação do Estado em razão do interesse público, mas seria correto entender, nesse caso, que:

- (A) uma vez não utilizada para o fim que justificou a desapropriação, o Estado deve restituir o bem ao antigo proprietário, sob pena de, vendendo a terceiro, poder o imóvel ser retomado do terceiro adquirente.
- (B) sendo autorizada a venda do bem desapropriado, a venda será feita mediante licitação, sem preferência de qualquer pessoa.
- (C) todos os valores da desapropriação, urbana ou rural, serão indenizados mediante títulos da dívida pública.
- (D) o imóvel poderá ser utilizado para finalidade diversa da que justificou a desapropriação em razão do poder discricionário do poder público.
- (E) cabe liminar de desapropriação em face da necessidade urgente.

Questão 28

Não se constitui como efeitos da posse.

- (A) Contestada a posse, o ônus da prova da posse incumbe ao possuidor.
- (B) O direito à utilização dos interditos possessórios.
- (C) O direito de retenção por benfeitorias.
- (D) O possuidor é responsável pelas deteriorações.
- (E) Goza do direito de percepção dos frutos.

Questão 29

Quanto às formas extintivas das obrigações civis, é incorreto:

- (A) O pagamento feito em objeto diverso do estabelecido na obrigação não obriga ao credor.
- (B) Não aceitando o credor o pagamento, o devedor fica isento de responsabilidade em razão do objeto, caso este venha a perecer.
- (C) A dação em pagamento é forma convencional de extinção da obrigação.
- (D) Basta que as partes sejam reciprocamente credor e devedor, para que se opere a compensação legal.
- (E) A renúncia é forma válida de extinção das obrigações, embora não seja aceita em qualquer espécie de obrigação civil.

Questão 30

Nos contratos de locação de bens imóveis urbanos, está em desacordo com a Lei a cláusula que:

- (A) estabelece o direito do locatário deixar o imóvel antes do final do prazo, sem que tenha de pagar a multa pelo descumprimento do prazo.
- (B) isenta o fiador do pagamento taxas condominiais do imóvel, objeto da locação.
- (C) autoriza ao locador a exigir liminar para desocupação do imóvel residencial, ao final de um contrato por prazo determinado de 1 ano, caso não seja desocupado voluntariamente.
- (D) exige que seja autorizada por escrito a cessão de imóvel não residencial, no caso de venda do fundo de comércio.
- (E) estabelece aumento em percentual fixo, independentemente da variação da locação.